

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

PM-PI

500

QUESTÕES

SOLDADO

**BANCA FCC
E OUTRAS BANCAS**

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Raciocínio Lógico e Matemática Básica
- › Noções de Informática
- › Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí
- › Legislação da Polícia Militar do Estado do Piauí
- › Constituição Federal
- › Constituição do Estado do Piauí
- › Direito Penal
- › Legislação Especial
- › Noções de Direito Administrativo



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✕ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✕ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✕ Questões gabaritadas
- ✕ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PM-PI

**500 QUESTÕES GABARITADAS -
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ**

Soldado

EDITAL Nº 01/2026 DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES



**CÓD: SL-056JH-26
7901183001552**

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico e Matemática Básica.....	37
3. Noções de Informática	47
4. Conhecimentos Regionais do Estado do Piauí	59
5. Legislação da Polícia Militar do Estado do Piauí	69
6. Constituição Federal	79
7. Constituição do Estado do Piauí.....	91
8. Direito Penal	103
9. Legislação Especial.....	115
10. Noções de Direito Administrativo	129

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FCC - 2022)

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanias na Colômbia”, podemos entender africanias como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória

nessa importante área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)

Observações:

1 Addendum: adendo, apêndice.

Considerando a ortografia padrão é correto afirmar: (A) Negroafricanas, diferentemente de afro-brasileiros, deve ser escrito sem hífen, tal como aparece no texto.

(B) O modo de escrita dos itens aparte e a parte evidencia, tal como demonstrado no texto, que não há conexões semânticas entre eles.

(C) A grafia da preposição e do pronome em de esse sublinha a função sintática do fragmento que introduzem, tal como em “João alertou para o perigo de o Paulo ser demitido”.

(D) Iconográfico, resistência e partícipe têm sua acentuação determinada pela mesma regra.

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou derivadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-união, ou hífen, de todo o seu texto.

2. (FCC - 2023)

Atenção: Para responder à questão, leia um trecho do romance de Milton Hatoum.

[A mulher] trouxe uma fotografia em preto e branco: Yagub e minha mãe juntos, numa canoa, em frente da palafita, o Bar da Margem, Ele olhou a imagem, e procurou com os olhos o lugar em que algum dia fora feliz. Depois falou que morava muito longe, em São Paulo, fazia anos que não visitava a cidade. A mulher quis puxa conversa, mas Yaquhb quase não falou, sua alegria foi se apagando, o rosto ficou sério. Despediu-se com poucas palavras, a mulher lhe ofereceu a foto, ele agradeceu talvez voltasse com Domingas ao Bar da Margem. Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que nunca ia se esquecer do dia em que saiu de Manaus e foi para o Líbano. Tinha sido horrível. “Fui obrigado a me separar de todos, de tudo... não queria.”

A dor dele parecia mais forte que a emoção do reencontro com o mundo da infância. Ele molhou o rosto com a água do rio e pediu que o canoeiro contornasse a Cidade Flutuante, onde já piscavam chamas de velas e de candeeiros. A floresta escurecia às nossas costas, e o clarão da cidade aumentava enquanto navegávamos na noite úmida. Eu via o rosto sério de Yagub, e imaginei o que teria lhe acontecido durante o tempo em que viveu numa aldeia do sul do Líbano. Talvez nada, talvez nenhuma torpeza ou agressão tivesse sido tão violenta quanto a brusca separação de Yagub do seu mundo. Seu entusiasmo para redescobrir certas pessoas, paisagens, cheiros e sabores era logo sufocado pela lembrança dessa ruptura.

(Adaptado de: HATOUN, Milton. *Dois irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, edição eletrônica)

Na canoa, remando para o pequeno porto, ele me disse que [...]

Considerada no contexto, a oração reduzida de gerúndio sublinhada acima, se for desenvolvida, assumirá a seguinte redação:

(A) até que remasse para o pequeno porto

(B) porque remava para o pequeno porto

(C) desde que remasse para o pequeno porto

(D) enquanto remava para o pequeno porto

(E) quando remara para o pequeno porto

3. (FCC - 2022)

Atenção: Considere o texto abaixo para responder à questão.

1 Neide Gondim faz parte da primeira geração de pensadores da Universidade Federal do Amazonas empenhados em pensar a Amazônia em um movimento inverso do que, costumeiramente, é feito, ou seja, de dentro para fora. Sua obra reflete sobre o que pensavam os europeus que chegaram até a Amazônia pela primeira vez noséculo 16. Esses conquistadores ganharam a vez de contar a história e o fizeram do ponto de vista de onde partiram.

2 Em livros como “A invenção da Amazônia”, Neide Gondim reconstrói brilhantemente os caminhos desse pensamento, que veio a fundar uma tradição estética sobre a Amazônia, em que predomina o paradoxal, o hiperbólico, o contraditório, o infernal e o paradisíaco. A autora redesenha o pensamento europeu dos homens que se atiraram ao mar em busca de comprovar as teorias especulativas sobre o mundo medieval. Ela identifica em sua bagagem duas lupas iluminadas pelo imaginário fantástico: as escrituras bíblicas e o Oriente conhecido por meio de livros e relatos de viagens.

3 É por meio dessa literatura, que serve até hoje de documento histórico, que Neide Gondim vai traçando as imagens que se projetaram sobre o país das Amazonas nas Américas e, desse modo, descortina as representações europeias sobre a região que hoje conhecemos como Amazônia.

4 A autora identifica uma obsessão do europeu medieval: encontrar o paraíso sobre a terra, longe da fome e da peste que assolavam a Europa medieval.

5 Quando se aventuraram mais adentro das Américas, os europeus pensaram ser o grande rio um mar de águas doces. Nele buscaram encontrar a exuberância fantástica da Índia e as guerreiras Amazonas, cuja imagem carregavam consigo devido à forte influência da Grécia Antiga.

6 O primeiro relato data de 1542, do cronista Gaspar de Carvajal, que acompanhava Francisco de Orellana na primeira descida pelo rio, vindo do Peru em direção ao Atlântico. Neide Gondim identifica os mesmos recursos utilizados por Marco Polo ao falar sobre o Oriente nas descrições de Carvajal. Carvajal afirma ter guerreado com as Amazonas; dá a localização do Rio de Ouro que

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA BÁSICA

1. (FCC - 2026)

Quatro moedas têm, em uma de suas faces, o número 0 (zero) inscrito. Na outra face dessas moedas, estão inscritos, respectivamente, 10, 15, 20 e 25. Essas moedas são equilibradas e, após todas serem lançadas, os números inscritos nas faces que ficarem voltadas para cima serão somados.

A probabilidade de essa soma ser maior do que 30 é

- (A) $5/16$
- (B) $7/16$
- (C) $9/16$
- (D) $3/8$
- (E) $5/8$

2. (FCC - 2022)

Em um clube com 400 associados, será realizada uma pesquisa com todos os associados com relação a 3 candidatos (A, B e C), que não pertencem ao quadro de associados e que pretendem ser o presidente do clube. O resultado obtido foi:

- I. Metade dos associados gostam do candidato A.
- II. 60% dos associados gostam do candidato B.
- II. 55% dos associados gostam do candidato C.
- IV. 25% dos associados gostam dos candidatos A e B.
- V. 20% dos associados gostam dos candidatos A e C.
- VI. 30% dos associados gostam dos candidatos B e C.
- VII. 5% dos associados não gostam de nenhum dos 3 candidatos.

Escolhendo aleatoriamente um associado do clube, a probabilidade de ele gostar de um e somente um candidato é igual a

- (A) 35%
- (B) 20%
- (C) 30%
- (D) 40%
- (E) 25%

3. (FCC - 2026)

Sabe-se que 12% dos contribuintes de uma determinada base são selecionados em uma malha fiscal. Dentre os selecionados, 65% apresentam inconsistências graves, enquanto esse índice é de apenas 4% entre os contribuintes não selecionados. Ao escolher aleatoriamente um contribuinte que apresenta inconsistência grave, a probabilidade aproximada de ele ter sido selecionado na malha fiscal é de

- (A) 69%
- (B) 95%
- (C) 12%
- (D) 33%
- (E) 57%

4. (FCC - 2025)

Considere um dado piramidal com 4 faces numeradas de 1 a 4. A face 2 é duas vezes mais provável do que a 1. A face 3 é 3 vezes mais provável que a face 2 e a face 4 é 4 vezes mais provável que a face 3. A probabilidade condicional de sair a face 1 ou a face 3 sabendo-se que saiu a face 1 ou a face 4 é de

- (A) 1/25
- (B) 1/6
- (C) 1/2
- (D) 1/4
- (E) 1/50

5. (FCC - 2025)

Suponha que dois eventos, A e B, ocorram independentemente, com $P(A) = 0,4$ e $P(B) = 0,5$. Então a probabilidade de ocorrer, pelo menos, um desses eventos é de

- (A) 60%
- (B) 50%
- (C) 70%
- (D) 80%
- (E) 90%

6. (FCC - 2022)

Em uma fábrica de determinado tipo de peça sabe-se que simultaneamente uma máquina X produz o triplo de peças que produz uma outra máquina Y. Porém, 6% das peças produzidas por X saem com defeito e apenas 2% das peças produzidas por Y saem com defeito. Todas as peças na fábrica são produzidas somente com as máquinas X e Y e são misturadas. Escolhendo aleatoriamente, com reposição, duas peças da produção total da fábrica, a probabilidade de que nesta amostra tenha exatamente uma peça defeituosa é

- (A) 10,80%
- (B) 6,00%
- (C) 4,75%
- (D) 9,50%
- (E) 2,50%

7. (FCC - 2022)

Um atacadista adquire 50% dos produtos do fornecedor X, 30% do fornecedor Y e 20% do fornecedor Z. Sabe-se que 10% dos produtos adquiridos de X são rejeitados para a venda, 8% dos produtos adquiridos de Y são rejeitados para a venda e 5% dos produtos adquiridos de Z são rejeitados para a venda.

Selecionando um produto adquirido pelo atacadista aleatoriamente e verificando que ele é rejeitado para a venda, então a probabilidade de ele ter sido adquirido de X ou de Z é igual a

- (A) $\frac{5}{7}$
- (B) $\frac{37}{42}$
- (C) $\frac{5}{14}$
- (D) $\frac{9}{14}$
- (E) $\frac{5}{42}$

8. (FCC - 2022)

Em uma cidade, 50% dos eleitores irão votar no candidato A, 40% irão votar no candidato B e 10% irão votar no candidato C. Sabe-se que 2% dos candidatos que irão votar em A têm nível superior, 5% dos que irão votar em B têm nível superior e 10% dos que irão votar em C têm nível superior. Escolhendo aleatoriamente um eleitor desta cidade e verificando que ele não possui nível superior tem-se que a probabilidade de que ele irá votar em C é de

- (A) 3/32
- (B) 19/48
- (C) 3/10
- (D) 9/100
- (E) 3/16

9. (FCC - 2022)

Em um setor de um órgão público trabalham apenas 5 economistas, 3 administradores e 2 contadores. Uma comissão de 3 funcionários deste setor escolhidos aleatoriamente é formada para a realização de uma tarefa. A probabilidade de esta comissão ter 1 ou 2 economistas é igual a:

- (A) 1/2
- (B) 3/4
- (C) 3/5
- (D) 5/6
- (E) 2/3

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (FCC - 2024)

No Windows 10, aberto e funcionando em condições ideais, um funcionário, executando como administrador, na área do *prompt* de comandos (cmd), digita `help attrib` para saber como os parâmetros R e H serão úteis para o que ele necessita fazer com alguns arquivos. Assim, ele obteve o significado desses parâmetros que são, correta e respectivamente, um atributo de

- (A) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo oculto.
- (B) restauração de arquivo e um atributo de exame de integridade de arquivo.
- (C) arquivo morto e um atributo de integridade de arquivo.
- (D) arquivo somente leitura e um atributo de arquivo padrão.
- (E) recuperação de arquivo fixado e um atributo de arquivo sem conteúdo indexado.

2. (FCC - 2024)

No *prompt* de comando do Windows 10, é possível obter o endereço IP do computador:

- (A) clicando em Alt+F12.
- (B) digitando o comando `ipaddress` e, após, pressionando Enter.
- (C) clicando em Configuração, digitando `exibir IPe`, após, pressionando Enter.
- (D) digitando o comando `ipv4` e, após, pressionando Enter.
- (E) digitando o comando `ipconfig` e, após, pressionando Enter.

3. (FCC - 2024)

No Windows, funcionando em condições ideais, um usuário abriu a pasta A, selecionou um arquivo e pressionou a combinação de teclas CTRL + X. Em seguida, mudou para a pasta B e pressionou a combinação de teclas CTRL + V. O arquivo

- (A) que estava originalmente na pasta A foi compactado e gravado na pasta B.
- (B) que estava originalmente na pasta A foi movido para a pasta B.

(C) continuou na pasta A e um atalho para ele foi criado na pasta B.

(D) que estava originalmente na pasta A foi copiado para a pasta B.

(E) foi colocado na área de transferência e, em seguida, enviado para a lixeira.

4. (FCC - 2024)

Considere que os itens entre < > são parâmetros do comando. No *prompt* de comando do Windows 10 utilizado em condições ideais no modo administrador, um usuário digitou os comandos `PING <IP>` e `CD «nome-diretório»` respectivamente para

- (A) exibir as configurações de rede - criar um diretório.
- (B) analisar um arquivo conectado - exibir dados de um diretório.
- (C) rastrear a rota de um pacote de rede - apagar um diretório vazio.
- (D) configurar a rede - criar um diretório.
- (E) verificar se um host está online - entrar em um diretório.

5. (FCC - 2023)

No *prompt* de comandos do Windows 10, um policial digitou o comando `ipconfig` e pressionou a tecla Enter para

- (A) mudar o endereço IP do seu computador.
- (B) ver o endereço IP do seu computador na rede.
- (C) renovar o endereço IP do seu computador.
- (D) conectar seu computador à rede local.
- (E) obter seu endereço IP público na internet.

6. (FCC - 2022)

No sistema operacional Windows 10, funcionando em condições normais, pode-se obter informações de desempenho do computador, tais como uso de CPU e Memória, em uma aba do

- (A) Exibidor de *Performance*.
- (B) Gerenciador de Arquivos.
- (C) Explorador de Tarefas.
- (D) Gerenciador de Tarefas.
- (E) Gestor da Barra de Tarefas.

7. (FCC - 2022)

Em um computador com o Windows, um Professor estava digitando um documento em um editor de textos utilizando informações de uma página web aberta no navegador. Eventualmente ele copiava partes que estavam na página web aberta para o documento que estava redigindo. Em certo momento ele pressionou a combinação de teclas ALT + TAB, que permite

- (A) copiar um trecho de texto selecionado.
- (B) salvar o estado da janela ativa.
- (C) recortar um trecho de texto selecionado.
- (D) alternar entre janelas abertas no Windows.
- (E) colar um trecho de texto copiado.

8. (FCC - 2022)

No Microsoft Windows 10, um bombeiro está trabalhando com duas janelas abertas, uma com o navegador web e outra com o Microsoft Word. Estando na janela do navegador web ativa, para fechar essa janela rapidamente poderá utilizar a combinação de teclas

- (A) ALT + TAB
- (B) ALT + F4
- (C) CTRL + F5
- (D) ALT + DELETE
- (E) SHIFT + F4

9. (FCC - 2022)

Após entrar nas configurações do sistema no Windows 10, em português e em condições ideais, um técnico clicou na opção Sobre, depois na opção Configurações Avançadas do Sistema e a janela Propriedades do Sistema foi aberta. Para permitir que o computador seja controlado remotamente ele precisa ativar a opção Permitir que este computador seja controlado remotamente, a partir de um clique na guia

- (A) Avançado e na opção Configuração Remota.
- (B) Avançado e na opção Administração Remota.
- (C) Proteção do Sistema e na opção Configuração Remota.
- (D) Remoto e no botão Avançado....
- (E) Proteção do Sistema e no botão Configurar....

10. (FCC - 2022)

Ao escrever um texto no MS Word, foi necessário substituir um termo que havia sido grafado de forma inadequada e que aparecia muitas vezes ao longo do texto.

Porém, ao fazer a alteração, o usuário percebeu que, na verdade, a grafia estava correta. O atalho utilizado para desfazer a ação foi

- (A) Ctrl f.
- (B) Ctrl v.
- (C) Ctrl j.
- (D) Ctrl z.
- (E) Ctrl b.

CONHECIMENTOS REGIONAIS DO ESTADO DO PIAUÍ

1. (2026)

O estado do Piauí apresenta características físicas que o diferenciam de outras unidades federativas do Nordeste. Considerando sua localização, limites e faixa litorânea, assinale a alternativa correta.

- (A) O Piauí situa-se na porção centro-norte do Nordeste, faz limite com Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia e Tocantins, e possui uma curta faixa litorânea voltada para o Oceano Atlântico.
- (B) O Piauí está localizado exclusivamente no semi-árido nordestino, não possui litoral e faz fronteira apenas com Maranhão e Ceará.
- (C) O Piauí situa-se no extremo sul do Nordeste, limita-se com Goiás e Minas Gerais e apresenta litoral extenso e densamente povoado.
- (D) O Piauí localiza-se na Região Norte do Brasil, com predomínio amazônico e litoral voltado para o rio Amazonas.
- (E) O Piauí está situado integralmente no litoral nordestino, com economia organizada historicamente pela navegação marítima.

2. (2026)

A respeito do relevo do Piauí, analise a descrição: áreas localizadas principalmente no centro e norte do estado, com altitudes mais baixas, entre aproximadamente 200 e 400 metros, favorecendo atividades como o pastoreio e a agricultura de subsistência. Essa descrição corresponde principalmente às

- (A) serras cristalinas litorâneas.
- (B) depressões interplanálticas.
- (C) planícies amazônicas.
- (D) dunas costeiras contínuas.
- (E) planícies glaciais.

3. (2026)

O clima predominante no Piauí influencia diretamente a agricultura, o abastecimento de água e os modos de vida da população. De acordo com o texto, o clima semiárido piauiense caracteriza-se por

- (A) baixas temperaturas anuais, chuvas bem distribuídas e umidade constante.

(B) ocorrência de geadas frequentes, elevada altitude e chuvas concentradas no inverno.

(C) altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar e chuvas irregulares concentradas em parte do ano.

(D) predomínio de neve nas chapadas e chuvas abundantes durante todos os meses.

(E) ausência de estação seca e predominância de florestas densas em todo o território.

4. (2026)

A hidrografia do Piauí é fundamental para a organização territorial e econômica do estado. Sobre o rio Parnaíba, assinale a alternativa correta.

- (A) É um rio exclusivamente subterrâneo, utilizado apenas para abastecimento rural.
- (B) Nasce no litoral do Piauí e corre em direção ao interior semiárido.
- (C) É irrelevante para a formação territorial do estado, pois não passa por áreas urbanas.
- (D) É o principal curso d'água do estado, percorre cerca de 1.400 km e atua como divisor natural entre Piauí e Maranhão.
- (E) É um rio intermitente que seca completamente todos os anos em Teresina.

5. (2026)

O Piauí é considerado um estado de transição ecológica, pois abriga diferentes formações vegetais. Entre os tipos de vegetação citados no texto, a Mata de Cocais caracteriza-se pela presença de

- (A) pinheiros adaptados ao clima frio e úmido.
- (B) vegetação rasteira típica de tundra.
- (C) campos alagados permanentes semelhantes ao Pantanal.
- (D) florestas densas de coníferas.
- (E) palmeiras como o babaçu e a carnaúba, em áreas de transição.

6. (2026)

A formação histórica do território piauiense possui uma particularidade em relação a outros estados nordestinos. Essa particularidade consiste no fato de que

- (A) a ocupação inicial do Piauí ocorreu principalmente pelo interior, impulsionada pela pecuária e pelas rotas do gado.
- (B) o povoamento do Piauí começou exclusivamente pelo litoral, com base na produção açucareira.
- (C) o território piauiense foi colonizado inicialmente por mineradores vindos do Sul do Brasil.
- (D) a ocupação do estado ocorreu apenas após a Proclamação da República, sem vínculo com o período colonial.
- (E) o estado desenvolveu-se inicialmente por meio da industrialização urbana concentrada em Teresina.

7. (2026)

Durante a colonização do Piauí, as sesmarias contribuíram para a formação de uma estrutura social e econômica específica. Segundo o texto, essa estrutura foi marcada principalmente por

- (A) ampla distribuição de pequenas propriedades urbanas.
- (B) concentração fundiária, latifúndio e relações de dependência entre grandes proprietários e trabalhadores.
- (C) reforma agrária imediata e igualdade no acesso à terra.
- (D) predomínio de cooperativas camponesas autônomas desde o período colonial.
- (E) inexistência de elites rurais na organização política local.

8. (2026)

A Batalha do Jenipapo, ocorrida em 1823, é considerada um marco simbólico da história piauiense porque

- (A) representou a fundação da cidade de Teresina como capital planejada.
- (B) marcou o início da produção de soja no cerrado piauiense.
- (C) fortaleceu o movimento emancipacionista e a luta do Piauí pela autonomia política no contexto da independência do Brasil.
- (D) consolidou a ocupação do litoral piauiense pelos holandeses.
- (E) extinguiu a pecuária extensiva no interior do estado.

9. (2026)

A mudança da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, em 1852, esteve relacionada a fatores políticos, econômicos e territoriais. Assinale a alternativa correta.

- (A) A transferência ocorreu porque Oeiras havia se tornado uma cidade litorânea de difícil defesa.
- (B) Teresina foi escolhida por estar isolada das rotas fluviais e comerciais.
- (C) A mudança teve como objetivo afastar o governo das áreas de produção agropecuária.
- (D) Teresina foi planejada às margens dos rios Parnaíba e Poti, favorecendo a integração territorial e o escoamento da produção.
- (E) A capital foi transferida para Teresina apenas no século XX, após a construção de Brasília.

10. (2026)

O Parque Nacional da Serra da Capivara tem grande relevância para a história e a identidade cultural do Piauí. Segundo o texto, sua importância está associada

- (A) exclusivamente à presença de grandes usinas hidrelétricas.
- (B) à existência de jazidas de petróleo em exploração contínua.
- (C) ao fato de ser o principal centro industrial do estado.
- (D) à presença de extensas plantações de soja e milho.
- (E) à concentração de sítios arqueológicos, pinturas rupestres e vestígios de ocupação humana muito antiga.

11. (2026)

A estrutura socioeconômica do Piauí combina atividades tradicionais e novos vetores de crescimento. De acordo com o texto, a economia estadual baseia-se principalmente

- (A) nos setores agropecuário e de serviços, com industrialização ainda limitada.
- (B) exclusivamente na indústria automobilística e na mineração de petróleo.
- (C) na produção naval, no turismo internacional de massa e na pesca oceânica industrial.
- (D) na economia florestal amazônica, sem participação do setor terciário.
- (E) apenas na exportação de manufaturados de alta tecnologia.

LEGISLAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ

1. (2026)

Considerando o art. 1º da Lei nº 3.529, de 20 de outubro de 1977, a Polícia Militar do Estado do Piauí — PMPI — é definida como Força Auxiliar e Reserva do Exército, organizada com base na disciplina e na hierarquia. Segundo esse dispositivo, a destinação institucional da PMPI consiste em:

- (A) substituir as Forças Armadas em todas as hipóteses de guerra externa e calamidade pública.
- (B) atuar como órgão autônomo, sem subordinação administrativa ou operacional a autoridades estaduais.
- (C) desempenhar apenas atividades de proteção civil, busca, salvamento e combate a incêndio.
- (D) manter a ordem pública e a segurança interna do Estado do Piauí, sob a autoridade do Governador do Estado, dentro dos limites da lei.
- (E) exercer exclusivamente atividades de polícia judiciária militar e investigação criminal no âmbito estadual.

2. (2026)

De acordo com o art. 2º da Lei nº 3.529/1977, compete à Polícia Militar do Estado do Piauí exercer determinadas missões institucionais. Entre essas competências, encontra-se expressamente prevista a atuação:

- (A) exclusivamente repressiva, dispensada a atuação preventiva em áreas de possível perturbação da ordem.
- (B) investigativa, mediante instauração de inquéritos policiais civis para apuração de crimes comuns.
- (C) preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas onde se presuma possível a perturbação da ordem.
- (D) jurisdicional, mediante julgamento de infrações disciplinares praticadas por civis.
- (E) legislativa, mediante elaboração direta de normas penais e administrativas estaduais.

3. (2026)

Nos termos do art. 3º da Lei nº 3.529/1977, em conformidade com o art. 4º do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, e com o nº 8 do art. 2º do R-200, aprovado pelo Decreto nº 66.862, de 8 de julho de 1970, a Polícia Militar do Estado do Piauí subordina-se operacionalmente:

- (A) ao Secretário de Segurança Pública.
- (B) ao Chefe do Estado-Maior do Exército.
- (C) ao Comandante do Corpo de Bombeiros.
- (D) ao Presidente da República.
- (E) ao Ministério da Justiça.

4. (2026)

O art. 5º da Lei nº 3.529/1977 estabelece a estrutura básica da Polícia Militar do Estado do Piauí. Segundo esse artigo, a Corporação será estruturada em:

- (A) Secretaria de Segurança Pública, Delegacias Regionais e Unidades Administrativas.
- (B) Gabinete Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros.
- (C) Estado-Maior, Auditoria Militar e Comissões Temporárias.
- (D) Diretoria de Pessoal, Diretoria de Finanças e Diretoria Jurídica.
- (E) Comando-Geral, Órgãos de Apoio e Órgãos de Execução.

5. (2026)

Conforme o art. 9º da Lei nº 3.529/1977, o Comando-Geral da Corporação compreende determinados órgãos e estruturas internas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os componentes do Comando-Geral:

- (A) Governador do Estado, Secretaria de Segurança Pública, Ministério do Exército e Auditoria Militar.
- (B) Comandante-Geral, Delegacias de Polícia, Corregedoria Civil, Hospital Militar e Pelotões.
- (C) Comandante-Geral, Estado-Maior, Diretorias, Ajudância Geral, Comissões e Assessorias.
- (D) Comandos de Policiamento, Unidades Operacionais, Grupamentos de Incêndio e Subgrupamentos.
- (E) Centro de Formação, Centro de Suprimento, Hos

pital da Polícia Militar e Centro de Assistência Social.

6. (2026)

De acordo com o art. 10 da Lei nº 3.529/1977, o Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Piauí será, em regra, um oficial superior combatente do serviço ativo do Exército. Segundo o referido artigo, esse oficial será preferencialmente do posto de:

- (A) Coronel PM reformado, indicado pela Comissão de Promoção de Oficiais.
- (B) Oficial subalterno do Exército, designado pela Secretaria de Segurança Pública.
- (C) Major ou Capitão, escolhido diretamente pelo Chefe do Estado-Maior da Corporação.
- (D) Tenente-Coronel ou Coronel, proposto ao Ministério do Exército pelo Governador do Estado.
- (E) Praça especial da Polícia Militar, promovido por ato interno do Comando-Geral.

7. (2026)

O art. 11 da Lei nº 3.529/1977 define o Estado-Maior como órgão de direção geral, responsável perante o Comandante-Geral por atividades centrais da Corporação. Considerando também os arts. 13 e 14 da mesma lei, é correto afirmar que:

- (A) o Chefe do Estado-Maior é o principal assessor do Comandante-Geral e acumula as funções de Subcomandante da Corporação.
- (B) o Chefe do Estado-Maior substitui o Governador do Estado em seus impedimentos eventuais.
- (C) o Estado-Maior é subordinado diretamente ao Centro de Suprimento e Manutenção.
- (D) o Estado-Maior é composto apenas por Diretorias de Finanças e de Apoio Logístico.
- (E) o Estado-Maior é órgão exclusivamente consultivo, sem atribuição de planejamento ou coordenação.

8. (2026)

Nos termos dos arts. 17 a 23 da Lei nº 3.529/1977, as Diretorias constituem órgãos de direção setorial. Assinale a alternativa que corresponde corretamente às Diretorias previstas na lei:

- (A) Diretoria de Pessoal, Diretoria de Finanças e Diretoria de Apoio Logístico.
- (B) Diretoria de Operações, Diretoria de Inteligência e Diretoria de Trânsito.
- (C) Diretoria Administrativa, Diretoria de Polícia Civil e Diretoria de Defesa Territorial.
- (D) Diretoria Jurídica, Diretoria de Ensino e Diretoria

de Bombeiros.

(E) Diretoria de Saúde, Diretoria de Promoções e Diretoria de Comissões.

9. (2026)

De acordo com o art. 35 da Lei nº 3.529/1977, os órgãos de execução da Polícia Militar compreendem estruturas responsáveis pela atividade operacional da Corporação. Considerando também o art. 37 da mesma lei, é correto afirmar que:

- (A) os órgãos de execução limitam-se às Diretorias de Pessoal, Finanças e Apoio Logístico.
- (B) o Comando de Policiamento da Capital subordina as unidades do interior do Estado.
- (C) os órgãos de execução incluem os Comandos de Policiamento, as Unidades Operacionais de Polícia Militar, o Comando do Corpo de Bombeiros e as Unidades Operacionais do Corpo de Bombeiros.
- (D) os Comandos de Policiamento são órgãos de apoio subordinados ao Centro de Assistência Social.
- (E) o Comando de Policiamento do Interior é responsável apenas pelas unidades sediadas na área da Capital do Estado.

10. (2026)

Conforme o art. 54 da Lei nº 3.529/1977, o pessoal da Polícia Militar compõe-se de pessoal da ativa e pessoal inativo. Em relação ao pessoal da ativa, a lei prevê, entre outras categorias:

- (A) exclusivamente pessoal da reserva remunerada e pessoal reformado.
- (B) apenas servidores civis efetivos e empregados públicos contratados por concurso municipal.
- (C) membros do Poder Judiciário Militar, integrantes do Ministério Público e servidores da Justiça comum.
- (D) somente oficiais médicos, dentistas e farmacêuticos, excluídas as praças.
- (E) oficiais, praças especiais e praças, incluindo Praças Policiais-Militares e Praças Bombeiros-Militares.

11. (2026)

Conforme o art. 1º da Lei nº 3.808, de 16 de julho de 1981, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Piauí, o referido Estatuto tem por finalidade regular, no âmbito da Polícia Militar do Estado do Piauí:

- (A) exclusivamente a organização administrativa das unidades operacionais da Polícia Militar.
- (B) a situação, as obrigações, os deveres, os direitos

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1. (FCC - 2026)

Considere o seguinte trecho, extraído de decisão do Supremo Tribunal Federal:

“O art. [...] da Constituição assenta como um dos [...] do Estado brasileiro a [...] – que significa o poder político supremo dentro do território, e, no plano internacional no tocante às relações da República Federativa do Brasil com outros Estados soberanos [...]. A [...], dicotomizada em interna e externa, tem na primeira a exteriorização da vontade popular [...] através dos representantes do povo no parlamento e no governo; na segunda, a sua expressão no plano internacional, por meio do presidente da República.”

À luz da Constituição Federal, o texto em destaque refere-se à

- (A) autodeterminação dos povos, consagrada como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) soberania, consagrada como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) separação dos poderes, consagrada como um dos princípios fundamentais do Estado brasileiro.
- (D) igualdade entre os Estados, consagrada como um dos princípios de regência da República brasileira nas suas relações internacionais.
- (E) independência nacional, consagrada como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito brasileiro.

2. (FCC - 2025)

De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito,

- (A) tendo como objetivos fundamentais, dentre outros: construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (B) regendo-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: prevalência dos direitos humanos; garantia do desenvolvimento nacional; não concessão de asilo político,
- (C) devendo buscar exclusivamente a integração

social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações,

(D) sendo Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público da União.

(E) sendo que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, não sendo possível o exercício do poder diretamente pelo povo.

3. (FCC - 2023)

A solução pacífica dos conflitos é prevista na Constituição Federal de 1988 como

- (A) objetivo fundamental.
- (B) fundamento da República.
- (C) princípio das relações internacionais.
- (D) parte do preâmbulo.
- (E) direito e garantia fundamental

4. (FCC - 2023)

Em conformidade com a Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelos seguintes princípios:

- (A) repúdio ao terrorismo e ao racismo, não concessão de asilo político e defesa da paz.
- (B) defesa da paz, intervenção e igualdade entre os Estados.
- (C) prevalência dos direitos humanos, concessão de asilo político e independência nacional.
- (D) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, solução pacífica ou não dos conflitos e repúdio ao terrorismo.
- (E) prevalência dos direitos humanos, intervenção e igualdade entre os Estados.

5. (FCC - 2022)

Considere os seguintes itens:

- I. a soberania.
- II. a plenitude de defesa.
- III. o pluralismo político.
- IV. a inviolabilidade do domicílio.

São fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no art. 1º da Constituição Federal o que consta de

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I e III, apenas.

6. (FCC - 2022)

Em consonância com as normas constitucionais, trata-se de princípio pertencente às relações internacionais da República Federativa do Brasil:

- (A) Liberdade de expressão.
- (B) Pluralismo político.
- (C) Prevalência dos direitos humanos.
- (D) Liberdade de associação.
- (E) Livre iniciativa.

7. (FCC - 2021)

São, respectivamente, fundamento e objetivo fundamental da República:

- (A) a erradicação da pobreza e a não intervenção.
- (B) o pluralismo político e a independência nacional.
- (C) a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.
- (D) a defesa da paz e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (E) a dignidade da pessoa humana e a garantia do desenvolvimento nacional.

8. (FCC - 2021)

Nos termos da Constituição Federal, são considerados princípios que regem as relações entre o Brasil e países estrangeiros a

- (A) construção de uma sociedade livre e a não intervenção.
- (B) prevalência dos direitos humanos e a erradicação da pobreza.
- (C) concessão de asilo político e os valores da livre iniciativa.
- (D) defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (E) erradicação da pobreza e da marginalização, e o repúdio à solução bélica de conflitos.

9. (FCC - 2026)

Eram 22h30 quando Rosemary, estudante de biomedicina, fazia seu treino de corrida. Ao passar em frente a uma residência na rua paralela à da sua casa,

Rosemary viu uma pessoa passando mal, sozinha, caída no jardim, tentando se levantar e se locomover, mas sem conseguir. Rosemary, então, sem o consentimento de nenhum morador da referida residência, invadiu o imóvel para prestar socorro à pessoa que estava ali caída.

Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, em conformidade com a Constituição Federal de 1988, Rosemary

- (A) poderia ter penetrado no imóvel apenas se fosse durante o dia, por determinação judicial.
- (B) poderia ter penetrado no imóvel, pois, apesar de a casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, há exceção para os casos de flagrante delito ou desastre e para prestação de socorro, assim como, durante o dia, por determinação judicial.
- (C) não poderia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, havendo exceção apenas nos casos de flagrante delito ou desastre.
- (D) poderia ter penetrado no imóvel, pois, apesar de a casa ser asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, há exceção apenas para o caso de prestação de socorro.
- (E) não poderia ter penetrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

10. (FCC - 2026)

Domitilo invocou motivo de convicção filosófica para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, enquanto Dorival invocou motivo de crença religiosa também para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.

Considerando que ambos são brasileiros residentes no Brasil e maiores de idade, com base apenas nas informações fornecidas, de acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO será(ão) privado(s) de direitos pelos motivos apresentados:

- (A) Domitilo, apenas, salvo se se recusar a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (B) Dorival, apenas, independentemente de haver ou não recusa a cumprimento de prestação alternativa.
- (C) Domitilo e Dorival, independentemente de haver ou não recusa a cumprimento de prestação alternativa.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

1. (2026)

De acordo com o art. 39 da Constituição do Estado do Piauí, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios deve obedecer a um conjunto de princípios expressamente previstos no texto constitucional estadual. Considerando a redação dada pela Emenda Constitucional nº 27, de 17 de dezembro de 2008, assinale a alternativa que apresenta corretamente esses princípios.

- (A) Legalidade, pessoalidade, conveniência, economicidade e hierarquia.
- (B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) Moralidade, supremacia privada, publicidade, eficiência e discricionariedade.
- (D) Publicidade, legalidade, sigilo administrativo, produtividade e subordinação.
- (E) Eficiência, oportunidade, conveniência, pessoalidade e moralidade.

2. (2026)

O art. 40 da Constituição do Estado do Piauí estabelece regras para licitações promovidas pela Administração direta, indireta ou fundacional do Estado e dos Municípios. Segundo esse dispositivo, as licitações para obras, serviços, compras e alienação de bens devem observar, sob pena de nulidade, determinados princípios e normas. Assinale a alternativa correta.

- (A) Devem observar apenas as normas internas de cada órgão, sendo facultativa a publicidade dos atos.
- (B) Devem observar os princípios de hierarquia, sigilo, economicidade e conveniência administrativa.
- (C) Devem observar os princípios de isonomia, publicidade e probidade administrativa, além das normas gerais e específicas fixadas em lei.
- (D) Devem ser realizadas exclusivamente por decisão discricionária do chefe do Poder Executivo.
- (E) Devem priorizar a contratação direta sempre que houver interesse público declarado.

3. (2026)

Nos termos do art. 41 da Constituição do Estado do Piauí, a criação de autarquia e a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação obedecem a requisitos constitucionais específicos. Considerando esse artigo, assinale a alternativa correta.

- (A) A autarquia pode ser criada por decreto do chefe do Poder Executivo, independentemente de lei.
- (B) A empresa pública e a sociedade de economia mista são criadas diretamente por ato administrativo.
- (C) A fundação pública pode ter suas áreas de atuação definidas por portaria administrativa.
- (D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, sociedade de economia mista e fundação, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação da fundação.
- (E) A privatização de entidades da Administração indireta dispensa autorização legislativa quando houver interesse econômico.

4. (2026)

A Constituição do Estado do Piauí trata da publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos. Com base no art. 42, assinale a alternativa correta.

- (A) A publicidade pública pode conter nomes e imagens de autoridades, desde que haja autorização do órgão responsável.
- (B) A publicidade dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedada a promoção pessoal de autoridades ou servidores.
- (C) A publicidade administrativa deve priorizar a divulgação da imagem institucional do gestor responsável.
- (D) A publicidade pública poderá conter símbolos de promoção pessoal quando vinculada a programas sociais.
- (E) A publicidade de campanhas oficiais pode ter caráter eleitoral quando custeada por recursos privados.

5. (2026)

O art. 43 da Constituição do Estado do Piauí prevê a possibilidade de comunicação de irregularidades ou ilegalidades imputáveis a agente público. De acordo com esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas servidores efetivos podem comunicar irregularidades administrativas.
- (B) A comunicação de irregularidade deve ser feita exclusivamente ao Poder Judiciário.
- (C) Qualquer pessoa pode levar ao conhecimento da autoridade competente irregularidade ou ilegalidade de que tomar conhecimento, imputável a agente público.
- (D) O servidor público não possui dever de comunicar irregularidade ao superior hierárquico.
- (E) A omissão do superior hierárquico não gera responsabilidade penal.

6. (2026)

Conforme o art. 44 da Constituição do Estado do Piauí, as pessoas jurídicas de Direito Público e as de Direito Privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos causados por seus agentes a terceiros. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade somente ocorrerá se o agente agir fora da qualidade funcional.
- (B) O Estado responde apenas por danos causados com dolo comprovado do agente.
- (C) A pessoa jurídica responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- (D) O direito de regresso é vedado quando houver culpa do agente público.
- (E) As pessoas jurídicas de Direito Privado prestadoras de serviços públicos não respondem por danos causados a terceiros.

7. (2026)

O art. 46 da Constituição do Estado do Piauí estabelece que a lei disciplinará formas de participação do usuário na Administração Pública direta e indireta. Entre os aspectos especialmente regulados por essa lei, está correto afirmar que se inclui:

- (A) A substituição integral dos serviços públicos por mecanismos privados de atendimento.
- (B) A exclusão do acesso dos usuários a registros administrativos.

(C) A vedação à avaliação externa da qualidade dos serviços públicos.

(D) A impossibilidade de representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo público.

(E) As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, assegurada a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e avaliação periódica da qualidade dos serviços.

8. (2026)

Conforme o art. 49 da Constituição do Estado do Piauí, a administração fazendária e seus servidores fiscais possuem tratamento específico no âmbito administrativo. Assinale a alternativa correta.

- (A) Terão precedência sobre os demais setores administrativos, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, na forma da lei.
- (B) Estarão subordinados aos setores administrativos comuns, sem qualquer precedência funcional.
- (C) Poderão exercer suas atribuições apenas mediante autorização prévia do Poder Legislativo.
- (D) Não poderão compartilhar cadastros ou informações fiscais com outros entes federativos.
- (E) Terão atuação restrita à fiscalização interna dos órgãos estaduais, excluídos os municípios.

9. (2026)

O art. 50 da Constituição do Estado do Piauí dispõe sobre a movimentação funcional do servidor público. De acordo com esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- (A) Toda movimentação funcional poderá ser verbal, desde que comunicada ao servidor.
- (B) A movimentação funcional independe de motivação quando houver interesse da chefia imediata.
- (C) A movimentação funcional somente exige motivação quando envolver servidor estável.
- (D) Toda movimentação funcional do servidor público será motivada por escrito pela autoridade competente, sob pena de nulidade.
- (E) A lotação de servidor em órgão incompatível com sua formação técnica é permitida em caso de necessidade administrativa.

10. (2026)

Nos termos do art. 53 da Constituição do Estado do Piauí, o Estado e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos

DIREITO PENAL

1. (FCC - 2021)

Sobre o princípio da legalidade:

- (A) limita-se à previa definição do crime, mas a pena pode ser cominada posteriormente.
- (B) aplica-se a crime e contravenções penais, salvo crimes hediondos e equiparados.
- (C) permite a retroatividade da lei penal em caso de crime violento e sexual.
- (D) constitui um entrave ao combate da criminalidade violenta no Brasil.
- (E) requer que além de prévia, a lei seja taxativa.

2. (FCC - 2022)

Rafael, primário, foi preso em flagrante delito após tentar subtrair poucos bens de uma rede de Supermercados. Avaliados, os bens totalizaram R\$ 38,00 (trinta e oito reais) e foram integralmente restituídos à vítima. Nesse caso, o Defensor Público fundamentará seu pedido de absolvição por insignificância com base no princípio da

- (A) aceitação social.
- (B) intervenção mínima.
- (C) reserva legal.
- (D) isonomia.
- (E) ampla defesa.

3. (FCC - 2023)

A lei penal posterior

- (A) retroagirá em qualquer hipótese.
- (B) não retroagirá, salvo a pedido da vítima.
- (C) não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
- (D) não retroagirá, salvo para prejudicar o réu.
- (E) não retroagirá em nenhuma hipótese.

4. (FCC - 2022)

O Código Penal estabelece que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. Sobre a relevância da omissão, o dever de agir incumbe a quem

- I. tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
- II. tenha assumido a responsabilidade de impedir o resultado.

III. criou, com seu comportamento anterior, o risco da ocorrência do resultado.

IV. impede que o resultado se produza.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

5. (FCC - 2023)

A conduta agente prevista e punida pela lei penal que tem como causa a imprudência, negligência ou imperícia configura o crime

- (A) culposos.
- (B) dolosos.
- (C) preterdolosos.
- (D) comissivo por omissão.
- (E) omissivo.

6. (FCC - 2022)

O dolo direto de segundo grau

- (A) impede a desclassificação do delito para a forma tentada.
- (B) é puramente cognitivo no direito penal brasileiro.
- (C) leva em consideração a finalidade última do agente representado pelo resultado típico.
- (D) está presente quando o agente tem consciência do risco criado por seu comportamento, considera seriamente sua realização e se conforma com o resultado lesivo.
- (E) se verifica com a consciência sobre os resultados necessários para atingir determinado fim e a vontade de seguir adiante.

7. (FCC - 2021)

No Direito Penal, o erro

- (A) de tipo, quando evitável, conduz à redução da pena de um sexto a um terço.
- (B) sobre a pessoa consideram-se as condições e qualidades da vítima, em razão da proibição de responsabilidade penal objetiva.

culpabilidade, de modo a impedir a responsabilidade penal do agente.

(D) sobre a existência ou limites de uma causa de justificação configura o erro de tipo permissivo, com exclusão da tipicidade objetiva.

(E) de proibição incide sobre os elementos imputabilidade e exigibilidade de conduta diversa da culpabilidade, levando à isenção de pena.

8. (FCC - 2022)

O tipo penal

(A) representa um indício da culpabilidade segundo a teoria materialista objetiva do delito.

(B) tem sua primeira construção dogmática no finalismo de Hans Welzel.

(C) demanda o desvalor do resultado para sua existência como elemento do delito.

(D) é a estrutura legal que descreve o comportamento proibido, possuindo função de garantia.

(E) no crime omissivo próprio exige o comportamento ativo do agente de acordo com sua relação com o bem jurídico.

9. (FCC - 2021)

A tipicidade

(A) preterdolosa enseja um crime qualificado pelo resultado em que o tipo-base é doloso e o resultado qualificador é culposos.

(B) é excluída toda vez que se verificar o erro de proibição inevitável.

(C) material é incompatível com a contravenção penal, dada sua menor gravidade e a fragmentariedade do direito penal.

(D) na conformação do funcionalismo é avalorada para constituir garantia de restrição do âmbito de punição.

(E) material é a adequação da conduta à norma incriminadora configurando um mecanismo de subsunção.

10. (FCC - 2025)

Ao ser abordado por policiais militares, Jasão apresentou sua carteira de identidade, sendo que os policiais verificaram a grosseira adulteração do documento, no qual havia uma fotografia de Jasão colada em cima da fotografia original do RG pertencente a outra pessoa. Ao ser questionado, já naquele momento, Jasão esclareceu que, de fato, o documento pertencia a terceira pessoa. Foi então registrada a ocorrência policial e, após a conclusão do inquérito policial e do processo,

em que se constatou a desnecessidade de produção de laudo pericial, Jasão foi absolvido, por entender o Juízo tratar-se da hipótese de

(A) crime cometido em estado de necessidade.

(B) desistência voluntária.

(C) arrependimento eficaz.

(D) erro sobre a ilicitude do fato.

(E) crime impossível.

11. (FCC - 2021)

O crime impossível

(A) demanda o potencial lesivo da conduta e a ausência de elementos subjetivos do tipo para sua configuração.

(B) ocorre quando o agente em situação de extrema vulnerabilidade pratica um fato típico em razão da falta de apoio do Estado.

(C) pode ocorrer em caso de furto em estabelecimento comercial se a vigilância concretamente tornar impossível a consumação do delito.

(D) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça quando o agente já possuidor da droga a oferece ao policial, que efetua a prisão em flagrante.

(E) pela impossibilidade absoluta do meio ocorre quando o objeto não pode sofrer a ação típica, como no caso de alguém que atira da janela uma pessoa que já estava morta.

12. (FCC - 2023)

A parte geral do Código Penal estabelece:

(A) O ajuste, a determinação ou a instigação e o auxílio sempre serão puníveis, ainda que o crime sequer tenha sido tentado.

(B) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até a conclusão do inquérito penal, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um terço até a metade.

(C) Não há crime quando o agente pratica o fato em estado de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

(D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados.

(E) Entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

1. (FCC - 2022)

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Regula o acesso a informação), são exemplos de pessoas jurídicas que devem se subordinar aos seus ditames:

- (A) Empresas públicas, empresas privadas com fins lucrativos e sociedades de economia mista.
- (B) Empresas privadas com fins lucrativos, sociedades de economia mista e fundações públicas.
- (C) Fundações públicas, autarquias e empresas privadas com fins lucrativos.
- (D) Autarquias, empresas privadas com fins lucrativos e fundações públicas.
- (E) Empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias.

2. (FCC - 2025)

Uma prefeitura de uma metrópole, com mais de 10 milhões de habitantes, implantou uma nova política de transparência, disponibilizando informações sobre projetos de revitalização urbana em uma página oficial da internet. Contudo, moradores da região informaram que as informações não estavam atualizadas e que não era possível realizar buscas detalhadas no portal. Diante disso, um cidadão apresentou uma reclamação formal. Com base na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Administração Pública

- (A) está dispensada de atualizar informações relacionadas a projetos de revitalização, pois são de interesse específico, não coletivo.
- (B) deve divulgar as informações tanto por atendimento telefônico quanto em formato impresso, para consulta em bibliotecas públicas, como alternativas ao portal.
- (C) não precisa atualizar as informações, desde que estas sejam disponibilizadas em outros meios de comunicação, como boletins informativos e SMS.
- (D) deve garantir a atualização das informações e a acessibilidade do portal, incluindo ferramentas de busca.
- (E) não precisa incluir ferramentas de busca nos portais, desde que a informação seja divulgada de forma alternativa nos atendimentos presenciais ou por telefone.

3. (FCC - 2022)

De acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011, que disciplina o acesso à informação,

- (A) por questões de segurança institucional, não é possível a interposição de qualquer recurso quando não for autorizado o acesso à informação por se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa.
- (B) o acesso à informação de que trata a Lei compreende, entre outros, o direito de obter informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos, ainda que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- (C) qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos na lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e, ainda, cumprir as exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- (D) informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata abertura de sindicância para apurar o desaparecimento da respectiva documentação.
- (E) negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Advocacia-Geral da União, que deliberará no prazo de 10 dias.

4. (FCC - 2022)

Considere que determinado cidadão tenha solicitado a empresa pública o acesso a projeto realizado pelo corpo técnico da companhia para subsidiar ação inserida no programa de governo do Chefe do Executivo. Considerando o regramento estabelecido na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), a disponibilização referida

- (A) condiciona-se à avaliação da pertinência dos motivos determinantes apresentados pelo requerente.
- (B) poderá ser negada a critério do dirigente máximo

da empresa, caso opte por classificar a informação como reservada ou restrita.

(C) não será cabível caso se trate de projeto de pesquisa e desenvolvimento tecnológico cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

(D) somente poderá ser disponibilizada com a anuência da autoridade que solicitou a realização do estudo ou projeto.

(E) deverá ser negada caso se trate de empresa que atue em regime de competição no mercado.

5. (FCC - 2025)

Em relação ao pedido de acesso a informações custodiadas junto a órgãos e entidades públicas, consoante disciplina da Lei nº 12.257/2011,

(A) pode ser apresentado de acordo com o procedimento de cada órgão ou entidade, vedada a exigência de identificação do requerente.

(B) deve ser identificado e motivado, para fins de aferição do fundamento jurídico de seu deferimento, bem como da razoabilidade do pleito.

(C) pode ser apresentado por qualquer interessado, mediante requerimento com identificação do solicitante e a especificação da informação pretendida.

(D) pode ser indeferido se for indicado ao requerente, pelo órgão ou entidade, outra forma de obtenção da informação, inclusive nominando outros órgãos ou entidades que também detenham a informação pretendida.

(E) deve ser negado se o órgão ou entidade não tiver a informação, não sendo obrigatório indicar o órgão ou entidade detentor da mesma, pois essa diligência sempre compete ao interessado.

6. (FCC - 2024)

O Tribunal de Justiça de Alagoas recebe solicitação de acesso a informações públicas, apresentada por requerente via sistema de informação ao cidadão, para que apresente a quantidade de ações de destituição do poder familiar voltadas à genitora de criança ou adolescente, em família monoparental, durante os anos de 2021, 2022 e 2023.

Paulo, servidor do Tribunal, observa que tal dado não se encontra sistematizado pelo Tribunal de Justiça e prepara resposta à solicitação, indicando a impossibilidade de atendimento, já que a informação não está disponível. Segundo a Lei federal nº 12.527/2011 (LAI), a resposta de Paulo:

(A) está amparada pela LAI, que indica acesso imediato à informação disponível, não havendo proporcionalidade e razoabilidade em pedidos que demandem trabalho de pesquisa excedente.

(B) não está amparada pela LAI, que determina o acesso irrestrito aos dados que possam ser extraídos do banco pertencente ao órgão consultado.

(C) não está amparada pela LAI, que determina ser primária a informação solicitada e, portanto, de obrigatoriedade de fornecimento.

(D) está amparada pela LAI, que nada dispõe a respeito de dados específicos, relacionados à pesquisa qualitativa.

(E) está amparada pela LAI, que determina não ser possível a cessão de dados por recorte de período específico.

7. (FCC - 2024)

O recebimento de pedido de informações por um órgão público exige, de acordo com o disposto na Lei nº 12.257/2011,

(A) o imediato fornecimento de informações ao Interessado, admitido pedido anônimo.

(B) a obtenção das informações junto a outros órgãos da estrutura da Administração Pública para fornecimento ao interessado.

(C) o fornecimento das informações no formato em que se encontram, não sendo permitido converter documentos físicos em arquivos digitais.

(D) que seja comunicado ao requerente qual órgão detém as informações pretendidas, caso não disponha das mesmas em seus bancos de dados.

(E) o fornecimento de informações, no menor prazo possível, desde que o interessado tenha apresentado pedido identificado e devidamente justificado.

8. (FCC - 2025)

A aplicação sistemática da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da Lei de Acesso a Informação (LAI) permite concluir que

(A) são vedados o descarte ou a eliminação de informações relativas a dados pessoais, em razão do dever de disponibilização de acesso.

(B) os entes federados são responsáveis diretos e exclusivos pelos dados pessoais e pelas informações disponibilizadas por seus órgãos e entidades, seja nas atividades de interesse acadêmico, seja nas relações que envolvam atividades de pesquisa.

(C) a LGPD não se aplica às pessoas jurídicas de direito público, que se submetem ao dever de

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FCC - 2021)

A discussão teórica sobre o conceito de Direito Administrativo se estabeleceu, a partir do debate acadêmico europeu do Século XIX, em torno de determinados traços distintivos da disciplina. Dentre as escolas que então se formaram, aquela que enfatizava a importância da distinção entre “atos de império” e “atos de gestão”, para fins de definição do campo científico jusadministrativo, é a escola

- (A) do serviço público.
- (B) teleológica ou finalista.
- (C) da puissance publique ou potestade pública.
- (D) da gestão pública.
- (E) imperialista ou da supremacia administrativa.

2. (FCC - 2023)

O poder em que o administrador fica preso ao enunciado da lei, mas esta **NÃO** estabelece um único comportamento a ser adotado por ele em situações concretas corresponde ao poder da Administração Pública conhecido como

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) legal.
- (D) não abusivo.
- (E) de polícia.

3. (FCC - 2025)

Editada uma lei estabelecendo direitos dos administrados de acesso a processos administrativos e atendimento em órgãos públicos, o Chefe do Poder Executivo da mesma esfera federativa editou decreto disciplinando as solicitações de vista aos processos, assim como previsões quanto ao controle de entrada e saída de pessoas dos prédios públicos onde funcionam as unidades administrativas de atendimento ao público. O decreto editado

- (A) é manifestação do poder regulamentar da Administração Pública, que se presta a explicitar e detalhar a forma de dar cumprimento às disposições legais regulamentadas.
- (B) constitui expressão do poder disciplinar, decorrente da hierarquia estabelecida entre a

Administração Pública e os administrados.

(C) é manifestação do poder de polícia da Administração Pública, que abrange a possibilidade de instituir restrições de direitos em face de leis autorizadas.

(D) decorre do poder normativo da Administração Pública, pois constitui a edição de decreto autônomo do Executivo, instituindo direitos e obrigações aos administrados em geral.

(E) foi regularmente editado, considerando que as disposições legais sejam constitucionais, pois cabe aos decretos regulamentares suprir as lacunas da lei, mediante exercício de competência legislativa concorrente.

4. (FCC - 2024)

Um município editou um decreto organizando suas secretarias, criando cargos e funções de chefia para as respectivas estruturas. O ato editado pelo município:

- (A) excedeu os limites do poder normativo do ente, tendo em vista que o decreto não poderia ter disposto sobre a criação de cargos.
- (B) é irregular, não se enquadrando nos limites do poder regulamentar, que somente poderia explicitar matérias previamente disciplinadas em lei.
- (C) é expressão do poder normativo do Poder Executivo, que pode disciplinar a organização administrativa de sua estrutura, desde que tenha havido prévia lei sobre todas as matérias tratadas pelo decreto.
- (D) tem natureza normativa-disciplinar, passível de ser objeto de decreto autônomo, desde que haja disponibilidade orçamentária-financeira.
- (E) insere-se no poder regulamentar típico do Poder Executivo, que pode organizar sua estrutura por meio de decreto autônomo, incluindo criação e extinção de cargos.

5. (FCC - 2026)

Em relação aos poderes inerentes às funções do Poder Executivo, no âmbito de organização administrativa descentralizada,

(A) as empresas estatais não são legitimadas para exercer ou ser destinatárias de atos que expressem poder disciplinar, visto que este decorre do poder hierárquico e aquelas pessoas jurídicas não se sujeitam a relações dessa natureza em face da Administração Central.

(B) as autarquias, pessoas jurídicas de direito público instituídas por decreto do Chefe do Executivo do ente federado que integram, sujeitam-se ao poder disciplinar e hierárquico da Administração Central, podendo replicar internamente as características dessa relação, com vistas à organização de seus órgãos e servidores.

(C) o poder de polícia pode ser exercido, em qualquer de suas vertentes, apenas por órgãos e entidades dotados de personalidade jurídica de direito público.

(D) o exercício do poder normativo restringe-se à disciplina sobre sanções administrativas e disciplinares internas, não se submetendo a normas estabelecidas pela Administração Central.

(E) o poder hierárquico não contempla apenas aspectos disciplinares, abrangendo, também, a forma de distribuição de trabalho e de organização das estruturas internas das entidades de direito público que integram a Administração Pública Indireta.

6. (FCC - 2025)

A aplicação de sanção de inidoneidade a uma empresa que contratou com a Administração Pública constitui expressão do exercício de

(A) poder hierárquico, que constitui prerrogativa da Administração Pública ao contratar com o privado e que se manifesta por meio das denominadas cláusulas exorbitantes.

(B) poder de polícia, que incide independentemente de existência de vínculo específico com a Administração Pública e é dotado de autoexecutoriedade.

(C) supremacia do interesse público, que fundamenta a aplicação de sanções administrativas independentemente de previsão específica em lei.

(D) poder regulamentar, decorrente de previsões contidas em contrato administrativo que regulamentam a aplicação concreta de disposições legais de caráter geral.

(E) poder disciplinar, aplicável também àqueles que possuem vínculo funcional com a Administração Pública.

7. (FCC - 2025)

Suponha que determinada empresa que tenha firmado contrato para execução de obras públicas tenha sido apenada com sanção de inidoneidade em função de infrações graves cometidas no curso da execução contratual. A aplicação da referida sanção à contratada constitui expressão do exercício, pela Administração Pública, de poder

(A) disciplinar.

(B) regulamentar.

(C) de polícia.

(D) normativo.

(E) hierárquico.

8. (FCC - 2024)

Dentre os poderes da Administração Pública, pode projetar efeitos externos à esfera da organização administrativa o

(A) poder hierárquico, porque fundamenta o exercício de prerrogativas em face de servidores públicos e de particulares sujeitos a vínculo contratual com a Administração Pública, inclusive, pessoas jurídicas.

(B) poder regulamentar, que se destina a disciplinar as relações internas no âmbito da organização administrativa, mas, excepcionalmente, pode ser destinado aos administrados em geral.

(C) poder disciplinar, quando dirigido a particulares sujeitos a vínculo contratual com a Administração Pública.

(D) poder de polícia externa que permite a aplicação de sanções contratuais em face de particulares sujeitos a vínculo com a Administração Pública, não se aplicando aos administrados em geral.

(E) poder de polícia que institui direitos e obrigações aos servidores públicos e aos administrados em geral.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!